://HU
MANI
DADE
2012

Sumário executivo: A Desigualdade é Insustentável

Rio+20: a posição da Indústria

A **FIESP** (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a **FIRJAN** (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) declaram seu forte engajamento para que a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) seja um marco para a Humanidade.

A Indústria se faz presente para propor e participar de ações que promovam o equilíbrio social, ambiental e econômico. Para tanto, é necessário vontade política para enfrentar a desigualdade de direitos e oportunidades entre os seres humanos e os países, e para repensar a relação dos homens com o Planeta.

A **FIESP** e a **FIRJAN** posicionam-se, a seguir, sobre os principais temas a serem discutidos na Rio+20.

Diversidade e Igualdade de Direitos: garantir amplo respeito à diversidade humana e assegurar, por parte das nações, direitos plenos a todos os agrupamentos sociais.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: criar instrumentos de mensuração e monitoramento, incluindo esforços já empreendidos pelos países, especialmente os avanços na conservação ambiental e as conquistas sociais.

Nova governança mundial: estruturar instituição, no âmbito da ONU, que garanta implementação, mensuração e monitoramento do desenvolvimento sustentável.

Competitividade e Mudança do Clima: ratificar o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, estabelecido na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para preservar a competitividade dos países em desenvolvimento.

Geração de Energia e Mudança do Clima: aproveitar os recursos hídricos disponíveis no mundo, asseguradas as ações de compensação ambiental e social, para reduzir o nível de emissões de gases de efeito estufa. Considerar a energia eólica e a bioeletricidade como fontes complementares imprescindíveis.

Combustíveis e Mudança do Clima: investir em inovação tecnológica para viabilizar a utilização de biocombustíveis em larga escala, especialmente em transporte coletivo de passageiros e de carga.

Segurança Alimentar: ampliar os instrumentos de cooperação Sul-Sul; priorizar transferência de tecnologia de produção agrícola e alavancar ganhos de produtividade com investimentos em inovação tecnológica. Desta forma, a produção e o acesso de alimento à população, de maneira igualitária e com a preservação dos recursos naturais, estarão assegurados.

Florestas: combater o desmatamento ilegal e recuperar áreas degradadas. Ordenar o equilíbrio entre produção, conservação florestal e da biodiversidade, e manutenção dos serviços ambientais.

Água: incrementar o acesso a água potável e saneamento à população, por meio de investimentos em inovação tecnológica, para melhorar a qualidade e aumentar a disponibilidade de água doce.

Resíduos: adotar políticas de gestão para combater impactos ambientais e sociais, contribuindo para o correto manejo dos recursos naturais e redução dos gases de efeito estufa.

Emprego e Renda: combater práticas de trabalho informal, forçado, escravo e infantil para consolidar o desenvolvimento sustentável, por meio da geração de renda e erradicação da pobreza.

Educação: conceber e aplicar políticas de educação voltadas à compreensão da sociedade sobre seu papel na construção do desenvolvimento sustentável, priorizando a consolidação de novos valores socioambientais, a exemplo do que fazem as redes de ensino SESI e SENAI, mantidas pela indústria.

A Desigualdade é Insustentável

Rio+20: a posição da Indústria

A responsabilidade é de todos, indistintamente.

Perante a história e o nosso futuro, é necessário empenharmo-nos para que a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) seja um marco para a Humanidade.

A Indústria se faz presente para propor ações, e para participar delas. O futuro exige vontade política contra a desigualdade de direitos e oportunidades entre os seres humanos e os países, e para repensar a relação dos homens com o Planeta.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) declaram seu forte engajamento com esta agenda, que se tornará realidade por meio de ações viáveis e concretas de inclusão social, desenvolvimento para todos os países, de valorização da diversidade humana e equidade de gênero, e de preservação da biodiversidade do Planeta.

O futuro da Humanidade na Terra depende das decisões tomadas agora.

Conhecemos os caminhos corretos. É preciso percorrê-los.

A Diferença e a Desigualdade

Sim, somos diferentes. Em gênero; na história cultural dos povos; na fé e nas religiões; nas necessidades especiais; na orientação sexual; nos traços raciais. Preservar, respeitar e promover essas diferenças garante a mais valiosa característica da Humanidade: sua diversidade.

Somos diferentes, mas não podemos continuar desiguais.

A desigualdade de oportunidades e direitos entre os seres humanos é insustentável.

A Humanidade precisa criar condições dignas de trabalho a todos, combater o trabalho escravo, forçado e infantil; assegurar salários iguais para funções iguais e garantir o justo acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à educação e ao sistema político; valorizar a riqueza cultural dos povos; assegurar ampla liberdade religiosa, política e de opinião; garantir direitos aos portadores de necessidades especiais; respeitar e garantir direitos às minorias também quanto à sua orientação sexual; combater e criminalizar a discriminação racial.

O Brasil tem progredido na implantação de políticas sociais e na garantia dos direitos. Leis foram aprovadas para assegurar plena igualdade de direitos às mulheres e criminalizar a agressão doméstica e social. Povos indígenas têm sua riqueza cultural preservada por meio da demarcação das suas áreas de reservas territoriais. Leis criminalizaram o racismo. Códigos e

regulamentações garantem a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Nossa mais alta Corte reconheceu o direito constitucional às uniões estáveis entre parceiros do mesmo sexo. Nossa Constituição garante ampla liberdade religiosa e de culto.

A FIESP e a FIRJAN entendem que a Rio+20 deve indicar a valorização do mais amplo respeito à diversidade humana, para que as nações assegurem plenos direitos a todos os agrupamentos sociais como forma de garantir a convivência democrática em todas as sociedades.

Desenvolvimento e Igualdade de Oportunidades

Até a metade do século XX, o conceito de desenvolvimento esteve exclusivamente atrelado à ideia de crescimento econômico. O desempenho das nações era medido por sua capacidade de produzir e exportar bens para acumular riquezas.

O crescimento econômico de poucas nações e o agudo processo de concentração de riquezas provocou consequências insustentáveis para os países marginalizados neste processo.

A última metade do século XX foi marcada por massivos processos de exportação de capital. Os princípios deste modelo foram baseados na transferência da produção para mercados onde o custo era menor; industrialização onde havia disponibilidade abundante de recursos naturais e humanos; e acumulação de riqueza onde se pagava menor tributação nacional, garantindo a proteção do capital acumulado na “nuvem” dos fluxos financeiros instantâneos.

Este processo criou, nos países em desenvolvimento, consequências contraditórias: seu papel foi definido como de produtores de bens exportáveis mas, ao mesmo tempo, acendeu a esperança da superação da pobreza extrema para milhões de seus cidadãos.

A desigualdade do desenvolvimento levou à desigualdade entre as nações.

A miséria é insustentável.

As nações em desenvolvimento têm atuado no sentido de assegurar o direito de suas populações a condições de vida mais dignas, que respondam à expectativa de melhores empregos e acesso a serviços públicos de melhor qualidade, como saúde, educação, nutrição, energia, e a uma expectativa de vida mais longeva. Entretanto, elas continuam distantes de completar seu ciclo de industrialização, e tampouco conseguiram proporcionar padrões elevados de igualdade social.

O conceito de desenvolvimento sustentável vai além do conceito de desenvolvimento econômico e humano contemplados no PIB (Produto Interno Bruto) e no IDH (Índice de

Desenvolvimento Humano). O desenvolvimento sustentável pressupõe políticas ambientais em articulação com o desenvolvimento econômico e humano, buscando garantir harmonia entre as decisões do presente e seu impacto em relação às gerações futuras.

A FIESP e a FIRJAN defendem que o conceito de desenvolvimento sustentável deve contemplar a criação de instrumentos de sua mensuração. Estes não devem se restringir apenas ao princípio da *adicionalidade*, mas incluir esforços já empreendidos pelas nações com a conservação de florestas e biodiversidade, agricultura sustentável, tratamento de resíduos e água, energias limpas, políticas educacionais e de inclusão social.

A Rio+20 deverá estabelecer Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que levem à convergência das ações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na busca de uma sociedade menos desigual, observadas as características regionais.

A indústria paulista e a indústria fluminense defendem que, para se alcançar a mensuração, o monitoramento e a implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é necessária uma nova governança mundial, no âmbito da ONU, para promover o desenvolvimento sustentável.

Mudança do Clima

Todas as nações têm responsabilidade em adotar ações efetivas para assegurar a redução das emissões de gases que causam o aquecimento global.

A Indústria entende que não basta apenas que as nações em desenvolvimento trilhem o caminho correto do desenvolvimento sustentável.

Os países desenvolvidos são os principais responsáveis pelos danos ambientais causados ao planeta, e respondem pela maior parte do passivo histórico de emissões de gases de efeito estufa (GEE) que ameaçam a estabilidade do clima.

É mister que os países desenvolvidos revejam seus padrões de produção e consumo, sua matriz energética, e assumam seus custos e sua responsabilidade com o futuro do Planeta.

No futuro imediato, o Planeta também dependerá das escolhas realizadas pelas nações em desenvolvimento. Elas devem evitar modelos baseados em práticas insustentáveis.

A FIESP e a FIRJAN reiteram a pertinência do princípio das *"responsabilidades comuns, porém diferenciadas"* estabelecido pela Convenção Quadro das Nações Unidas

sobre Mudança do Clima, no Rio de Janeiro, em 1992.

As emissões mundiais de GEE, por setor, estão distribuídas da seguinte forma:

Tabela das emissões mundiais de GEE por setor

Setor	**Emissões de GEE**
Energia	66%
Agricultura	14%
Mudanças do uso do solo e florestas	13%
Processos industriais	4%
Resíduos	3%

Fonte: Elaborado por FIESP a partir de Houghton e IEA (2005)

Energia

Dois terços (66%) das emissões mundiais de GEE são resultantes da produção de energia.

A intensidade de produção de energia está fortemente concentrada nos países desenvolvidos. O consumo *per capita* nesses poucos países é quase quatro vezes maior (9.300 kWh/habitante.ano) que a energia consumida pelos cidadãos dos países em desenvolvimento (2.500 kWh/habitante.ano).

No Planeta, a utilização de fontes renováveis e de baixa emissão de GEE na matriz energética não ultrapassa os 13%; e nos países desenvolvidos, meros 7%.

O Brasil, listado nas maiores economias do mundo, tem a matriz energética mais limpa entre elas, alcançando 47% de utilização de fontes renováveis e de baixa emissão de GEE.

O predomínio das fontes fósseis de energia é insustentável.

Enfrentar o aquecimento do Planeta exige foco, principalmente, na geração de eletricidade e no uso de combustíveis.

Produção de Eletricidade no Mundo

Fonte	Geração	Emissões de GEE por unidade de energia
Carvão mineral	40%	878 kg de CO2e/MWh
Gás natural	21%	530 kg de CO2e/MWh
Hidrelétrica	17%	6 kg de CO2e/MWh
Nuclear	14%	15 kg de CO2e/MWh
Óleo	5%	638 kg de CO2e/MWh
Eólica	2%	13 kg de CO2e/MWh
Solar FV		45 kg de CO2e/MWh
Solar Concentrada		135 kg de CO2e/MWh*
Biomassa	1%	31 kg de CO2e/MWh

Fonte: Elaborado por FIESP a partir de Comissão Europeia (2008) e EIA (2009)

** Considerando emissões diretas da queima complementar de gás natural*

A fonte mais usada no mundo para geração de energia elétrica é o carvão mineral (40%), maior emissora de CO2. Dois terços, ou 66% da geração de eletricidade no mundo estão baseados em fontes fósseis (carvão mineral, gás natural e óleo) de alta emissão de CO2.

Produção de Eletricidade no Brasil

Fonte	Geração	Emissões de GEE por unidade de energia
Hidrelétrica	84%	6 kg de CO2e/MWh
Biomassa	5%	31 kg de CO2e/MWh
Nuclear	3%	15 kg de CO2e/MWh
Gás Natural	3%	530 kg de CO2e/MWh
Óleo	3%	638 kg de CO2e/MWh
Carvão mineral	2%	878 kg de CO2e/MWh

Fonte: Elaborado por FIESP a partir de Comissão Europeia (2008) e EIA (2009)

Os países desenvolvidos, em função da maturidade de suas economias e da estabilização de suas populações, apresentam baixos índices de crescimento na expansão da oferta de energia elétrica.

Os países em desenvolvimento, ao contrário, necessitam de altos índices de crescimento de oferta de eletricidade. Assim, a expansão do mercado de geração de energia elétrica no mundo dar-se-á predominantemente nestes países.

As opções que garantem a segurança de oferta a qualquer sistema elétrico são as usinas nucleares, as termelétricas movidas a carvão, óleo e gás natural, e as hidrelétricas.

A América do Sul, a África e a Ásia possuem vastos potenciais hídricos não utilizados, que devem ser a base da expansão de seus sistemas elétricos.

No Brasil, a geração de eletricidade produz baixo nível de emissões porque há predomínio de hidroeletricidade (84%), fonte renovável e a menor emissora de CO2, dentre todas as outras.

A FIESP e a FIRJAN entendem que os recursos hídricos disponíveis no mundo devem ser amplamente aproveitados em usinas hidrelétricas, considerando seu baixíssimo nível de emissão de GEE, asseguradas as ações de compensação ambiental e social.

A Indústria considera a energia eólica e a bioeletricidade como fontes complementares imprescindíveis à base dos sistemas elétricos, que também devem ser amplamente utilizadas em função de seus baixos níveis de emissão.

A produção de eletricidade a partir da energia solar, fotovoltaica ou concentrada, não é competitiva em qualquer país do mundo. Em média, custa de cinco a dez vezes mais que a geração hidrelétrica nos países em desenvolvimento.

Ela pode representar a mais importante fonte de eletricidade para o Planeta nas décadas por vir. Entretanto, propor que países em desenvolvimento suportem subsídios a parques geradores de energia solar condena estas nações a retardarem seu desenvolvimento e a superação da fome e da miséria de suas populações.

Combustíveis no Mundo

Os combustíveis derivados de petróleo, fonte não-renovável e maior emissora de GEE, representam 95% do consumo mundial.

No mundo, caminhões e ônibus são movidos a óleo diesel. Em quase todos os países, os automóveis são abastecidos com gasolina ou óleo diesel. O transporte marítimo utiliza óleo combustível e o transporte aéreo utiliza querosene derivado de petróleo.

O Planeta necessita de tecnologias que permitam a substituição do petróleo como fonte primária de combustíveis.

O setor de transportes de carga e de passageiros tem grande parte da responsabilidade pelo aquecimento global. O mundo ainda não conquistou viabilidade comercial para usar exclusivamente biocombustíveis no transporte de carga. Os esforços devem focar-se na construção de matrizes logísticas que privilegiem o transporte de grandes volumes de carga.

No transporte individual de passageiros, o automóvel elétrico apresenta-se como nova alternativa. É importante instrumento para a redução da poluição urbana. Entretanto, se a energia elétrica para seu abastecimento for produzida a partir de fontes fósseis, ele pouco contribuirá para a redução das emissões de CO2, que causam a mudança do clima no Planeta. Neste caso, haveria apenas o deslocamento da emissão de GEE do processo de combustão dos automóveis para o sistema de geração de eletricidade.

Há, entretanto, avanços tecnológicos amplamente utilizados por alguns países, em veículos leves e automóveis. A única solução energética viável economicamente até o momento, para automóveis, é a utilização de etanol produzido a partir de fontes diversas de biomassa.

Os Estados Unidos, com uma frota de automóvel que consome mais de 40% da gasolina utilizada no mundo, desenvolveram o maior programa de utilização de biocombustível do Planeta, com adição de 10% de etanol de milho à sua gasolina o que reduz 21% das emissões de CO2.

Combustíveis no Brasil

O Brasil possui o segundo maior programa de utilização de biocombustíveis do mundo, com a utilização de etanol de cana-de-açúcar para automóveis, fazendo dele o mais sofisticado tecnologicamente.

O País adiciona 25% de etanol de cana-de-açúcar à sua gasolina e, além disso, adotou o motor flex fuel em 94% de sua produção de automóveis, a sexta maior do mundo, com mais de 3,5 milhões de veículos fabricados por ano. Esse motor permite a utilização de gasolina, etanol ou qualquer mistura dos dois.

O Brasil é o único país do mundo no qual a utilização do etanol ultrapassou o consumo da gasolina no abastecimento da frota de veículos leves.

O etanol de cana de açúcar produzido no Brasil é, comprovadamente, muito mais eficiente que o etanol de milho no combate à mudança do clima, pois reduz até 90% das emissões de CO2 quando comparado à emissão de GEE da gasolina.

A FIESP e a FIRJAN entendem que, para o Planeta, é fundamental privilegiar o transporte coletivo de passageiros sobre o transporte individual, assim como o transporte fluvial, ferroviário e marítimo em detrimento do transporte rodoviário de cargas.

A Indústria aponta que a ciência deve perseguir soluções tecnológicas e comerciais para ampla utilização de biocombustíveis nos meios de transporte de carga, tais como caminhões e navios, e nos meios de transporte coletivo de passageiros, como ônibus, trens e aviões.

A FIESP e a FIRJAN indicam que as nações com disponibilidade de território, água e clima devem adotar programas de produção de biocombustíveis, em harmonia com sua produção de alimentos, e todos os outros países devem desenvolver programas de consumo doméstico de biocombustíveis.

Segurança Alimentar para Acabar com a Fome e com a Miséria

O primeiro desafio de erradicação da miséria é acabar com a fome endêmica, a que estão submetidos 1 bilhão de seres humanos no Planeta.

É inaceitável que a Humanidade tenha chegado ao século XXI sem resolver esta vergonhosa situação.

A fome é insustentável.

O mundo está diante do desafio de erradicar a fome e a miséria, ao mesmo tempo em que precisa manter o abastecimento de alimentos de uma população cada dia maior.

Paralelamente, a melhoria de renda das famílias nos países em desenvolvimento e sua acelerada urbanização têm resultado em um expressivo aumento do consumo de alimentos, em um ritmo maior que o da produção.

A consequência desta situação é mensurada na alta dos preços dos alimentos observada nos últimos anos, e percebida de maneira mais dramática pelos países em desenvolvimento, em especial aqueles mais pobres. Nestas nações, a maior parte da renda das famílias é destinada à compra de alimentos.

Aumentar significativamente a produção é condição necessária para prover dignidade a todo ser humano, restabelecendo uma situação mais equilibrada do suprimento global de alimentos.

Os países em desenvolvimento estão ainda expostos à distorção provocada pelos subsídios agrícolas utilizados pelos países desenvolvidos, que desequilibram preços e condições competitivas do comércio de alimentos.

Observa-se que o mundo apresenta limitações para expandir a área destinada à produção de alimentos. Na década de 60, a agricultura utilizava 4,5 hectares para alimentar cada habitante do Planeta que morava nas cidades.

Nas décadas seguintes, a população urbana triplicou, o consumo de grãos aumentou 234% e o de carne, 410%; a área global utilizada para produzir alimentos manteve-se relativamente estável, com um incremento de apenas 10%. O mundo passou a utilizar 1,5 hectare para alimentar cada cidadão urbano. Desta maneira, foi possível construir uma nova realidade graças aos expressivos ganhos de produtividade dos principais países produtores.

O Brasil se destaca. Nos últimos 20 anos, os ganhos de produtividade, cerca de quatro vezes superiores à média mundial, foram suficientes para poupar mais de 50 milhões de hectares e, ao mesmo tempo, incrementar a participação do País como um dos maiores fornecedores globais de alimentos.

Esse sucesso está alicerçado em tecnologias desenvolvidas ou adaptadas para uma agricultura de clima tropical, com fundamental participação da indústria, como plantio direto na palha; integração lavoura-pecuária-floresta; controle biológico de pragas; fixação biológica do nitrogênio; desenvolvimento de modernos insumos agropecuários; mecanização e modernização da frota nacional; desenvolvimento de novas cultivares; utilização de organismos geneticamente modificados; nanotecnologia, entre outros.

Segundo estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês), o Brasil continuará sendo o ator principal no aumento da oferta de alimentos para o mundo.

Sem a expansão da produção agrícola no Brasil, a Humanidade não erradicará a fome.

A FIESP e a FIRJAN entendem que é necessário ampliar a cooperação técnica e a transferência destas tecnologias de clima tropical para os países da África que apresentam elevado potencial de expansão da produção.

A indústria acredita que, para continuar respondendo adequadamente ao desafio de abastecer o mundo com sustentabilidade, será necessário um novo salto tecnológico que

alavanque ganhos de produtividade, assegurando a preservação dos recursos naturais e contribuindo para que as metas estabelecidas pela ONU no que tange à segurança alimentar sejam alcançadas.

Florestas e Biodiversidade

A preservação das florestas é fundamental à vida na Terra.

Elas são essenciais para a estabilidade do clima, para a conservação dos solos, para o equilíbrio dos ecossistemas e para a manutenção da biodiversidade.

Poucos países preservaram suas áreas florestais.

E menos países ainda desenvolvem ações para recomposição de seus biomas originais.

A área total de florestas remanescentes no mundo é estimada em 4 bilhões de hectares, ou 31% da área total do planeta, ou ainda 0,6 hectare de florestas por habitante.

Cinco países - Rússia, Brasil, Canadá, Estados Unidos e China - representam 53% deste total. Dez países, os 5 anteriores mais República Democrática do Congo, Austrália, Indonésia, Sudão e Índia, abrigam 67% das florestas nativas do mundo.

Sessenta e quatro países têm menos de 10% de seu território coberto por florestas.

Do total, apenas 36% são florestas primárias, compostas por espécies nativas, sem sinais visíveis de atividade humana e processos ecológicos inalterados significativamente.

Na maior parte, 57%, a floresta se regenera naturalmente, mas apresenta sinais visíveis de atividade humana. As florestas recuperadas por plantação ou sementeiras representam 7%.

O Planeta tomou consciência da necessidade de reverter a destruição de florestas nativas, ainda que em ritmo abaixo do esperado. A perda líquida mundial decresceu de 8 milhões de ha/ano, na década de 90, para 5 milhões de ha/ano no período de 2000 a 2010.

A destruição de florestas é insustentável.

No período 2003 a 2010, o Planeta criou 700 mil ha de áreas protegidas legalmente. *Entretanto, o esforço esteve basicamente concentrado no Brasil, responsável por 500 mil ha, ou 71% deste total.*

O Brasil tem 366 milhões de hectares de florestas tropicais, que representam 43% da área total do País. Esta reserva responde por 15% das florestas remanescentes no Planeta.

Tabela: Ocupação e uso da terra no Brasil (8,5 milhões de Km2)

Ocupação e uso	Percentual
Florestas Tropicais	43%
Outras Formas de Vegetação Nativa	23%
Pastagens	23%
Agricultura	7%
Cidades, Rios, Lagos, Infraestrutura etc.	4%

O Brasil possui de 15% a 20% da biodiversidade mundial e, ao lado do México, da China e da Índia, é considerado um país megabiodiverso pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992).

A não preservação da biodiversidade é insustentável.

O território brasileiro abrange 6 biomas terrestres e 3 grandes ecossistemas marinhos, que incluem 8 ecorregiões marinhas e 12 principais regiões hidrográficas.

Bioma	Milhões de ha	Preservado (%)
Amazônia	420	85
Cerrado	204	61
Mata Atlântica	111	22
Caatinga	84	63
Pampa	18	36
Pantanal	15	83

Fonte: Elaborado por FIESP a partir de MMA/2012

Estima-se que os ambientes naturais do Brasil abriguem ao menos 100 mil espécies animais e 43 mil espécies vegetais. Em média, 700 novas espécies animais são reconhecidas por ano no País.

Bioma Amazônia

Este bioma contém a maior área de floresta tropical no Brasil, tem 420 milhões de hectares e 85% de sua área total está preservada.

Na Amazônia vivem 24 milhões de brasileiros, que representam 12% da população do Brasil, entre estes 250 mil indígenas. A densidade demográfica de 4,7 habitantes/km2 é 5 vezes inferior a do País, e 80% destes cidadãos vivem nas cidades.

O combate ao desmatamento ilegal tornou-se prioritário à sociedade brasileira.

De fato, nos anos recentes o Brasil alcançou altos percentuais de redução do desmatamento ilegal, reduzindo-o de um patamar de 25 mil km2/ano, em 2004, para 6,25 mil km2/ano, em 2012.

O objetivo, estabelecido em 2006, era alcançar uma redução de 40% no desmatamento da Amazônia até 2010, em comparação com a média dos dez anos anteriores.

Com o aumento intenso da capacidade de monitoramento e das ações coordenadas de fiscalização e controle, dados oficiais apontam que o desmatamento foi reduzido em 75% em relação a 2004.

A supressão ilegal das florestas representa o maior passivo brasileiro às emissões de GEE. Neste sentido, os compromissos do Brasil no Acordo de Copenhague (2009) se concentram em preservação florestal.

Para além da repressão a queimadas ilegais, o Brasil promove a recuperação de áreas de florestas degradadas e a regularização de propriedades agrícolas, que ordenam as políticas de equilíbrio entre produção, conservação florestal e serviços ambientais.

Bioma Mata Atlântica

A história conhecida de ocupação da Mata Atlântica tem cerca de 13 mil anos. Os primeiros grupos humanos eram constituídos por coletores e caçadores que depois passaram a utilizar o fogo para a abertura de áreas de plantio.Com a chegada dos europeus, em 1500, iniciaram-se os ciclos de exploração comercial.

Na área original da Mata Atlântica, construiu-se a maior parte do Brasil. Nela vivem atualmente mais de 112 milhões de cidadãos, em 3.400 municípios. Ela abriga sete das nove grandes bacias hidrográficas brasileiras.

A partir do final dos anos 80, verifica-se uma mudança significativa na relação da sociedade brasileira com esse bioma.

A mudança é atestada pelo crescimento das ações institucionais em defesa da conservação de áreas florestais remanescentes, e pela intensificação dos projetos de recuperação e regeneração.

De uma cobertura de 1,3 milhão de quilômetros quadrados, que representavam 15% do território brasileiro, o bioma Mata Atlântica foi reduzido a 7% de seu tamanho. Mas as ações de preservação e recuperação devolveram ao Brasil 22% de sua área original, em harmonia com a urbanização, a industrialização, a agricultura e a infraestrutura.

Para tanto, foram criadas mais de 1.400 unidades de conservação, tais como parques, reservas, estações ecológicas e reservas particulares.

Este é um dos mais bem sucedidos exemplos do mundo de recuperação de área florestal original.

Infelizmente, é também um dos únicos.

Ainda mais importante é constatar que o crescimento econômico e social do Brasil não se dá à custa da degradação ambiental. O país conserva sua área florestal, e preserva a maior biodiversidade do mundo.

A FIESP e a FIRJAN defendem que a Rio+20 seja uma oportunidade ímpar para aprofundar o debate sobre as demandas ambientais, sociais e econômicas ligadas às florestas, e para reforçar entendimentos ligados aos serviços ambientais (REDD plus), biodiversidade, estoques de carbono, segurança alimentar e erradicação da pobreza.

Água

Um dos maiores problemas da sociedade, em especial nas grandes metrópoles, é a qualidade da água, que vem sendo sistematicamente deteriorada em todo o mundo, aumentando a escassez hídrica e comprometendo a saúde e o bem-estar do homem.

Do total da água do Planeta, 97,5% apresenta-se como água salgada nos mares e oceanos. Os outros 2,5% são de água doce, distribuídos em 1,6% como geleiras, 0,8% como águas subterrâneas e apenas 0,1% disponíveis em lagos e rios para atender as necessidades humanas.

A escassez de água pode ser resultado de condição de clima árido ou de excesso populacional. Este é o exemplo da Ásia, que detém 36% da disponibilidade de água doce, mas concentra mais de 60% da população mundial.

Em termos de abastecimento de água, o mundo deverá atingir a meta de cobertura de 90% da população, em 2015, estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Entretanto, a meta de 75% de cobertura de esgotamento sanitário não será alcançada.

No Brasil, somente 47% dos municípios brasileiros têm rede coletora de esgoto, e apenas 18% deste total recebem algum tipo de tratamento. O lançamento de esgotos domésticos in natura é o principal fator de degradação das águas superficiais e dos recursos hídricos.

O saneamento adequado impacta positivamente o consumo humano de água potável e é primordial no combate a doenças transmitidas pela água. O fornecimento adequado deste recurso também é imprescindível à segurança alimentar.

Nosso país demanda investimentos significativos nas grandes regiões metropolitanas, que concentram 125 milhões de pessoas, sob pena de escassez de água em futuro próximo.

A Indústria brasileira assumiu a preocupação com a escassez de água: mais de 70% das grandes e médias empresas adotaram metas de redução de consumo e 65% delas implantaram práticas de reuso.

A FIESP e a FIRJAN entendem que os países devem cumprir as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para garantir o acesso a água potável e tratamento de esgotos nos percentuais estabelecidos pelo ONU. O amplo fornecimento de água potável para abastecimento das necessidades do homem e o tratamento dos esgotos somente serão realidade com incentivos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, que propiciem a efetiva melhoria da qualidade e o aumento da disponibilidade das águas doces mundiais.

Resíduos Sólidos

Nas últimas cinco décadas, a evolução tecnológica associada ao aumento da qualidade e expectativa de vida do homem causou forte expansão populacional, e o Planeta chegou aos 7 bilhões de habitantes.

Esta evolução provocou aumento da demanda por recursos naturais disponíveis para a fabricação de bens e produtos e, como consequência, aumento na geração de resíduos sólidos.

Os resíduos, principalmente nas cidades, dispostos de forma inadequada, causam emissão de gases que destroem a camada de ozônio, aumentam a emissão de GEE e poluem a água e o solo.

A Humanidade tomou consciência da urgência de ações para o tratamento dos resíduos sólidos, principalmente os domiciliares, os da saúde, da construção civil e os industriais.

A dificuldade em destinar os resíduos corretamente, por conta dos altos custos, gera o descarte indevido de materiais e contribui consideravelmente para a obstrução das redes de drenagem. Os impactos são deslizamentos e inundações, que se convertem em tragédias principalmente nas áreas urbanas e ainda são vetores de difusão de doenças.

O setor industrial aplica programas de gestão direcionados aos resíduos industriais voltados à minimização da geração, à reutilização e à reciclagem, que se tornaram eficientes ferramentas no combate ao desperdício e à promoção do uso racional dos recursos naturais. As sobras dos processos de produção devem ser manejadas como matérias-primas excedentes, com valor comercial.

No Brasil, a reciclagem dos resíduos urbanos pós-consumo situa-se no patamar de 12%, sendo que alguns materiais apresentam índices de reaproveitamento equivalentes aos mais elevados do mundo, tais como embalagens de agrotóxicos, pneumáticos inservíveis, óleos lubrificantes usados, latas de alumínio, papelão, plástico tipo PET e outros.

Os metais ferrosos, incluindo as embalagens, alimentam as siderúrgicas, que chegam a operar com mais de 85% de matéria-prima oriunda do comércio de sucatas. O vidro segue o mesmo padrão, com cerca de 50% de reciclagem.

A indústria assumiu compromisso com a implantação dos instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que permitirá a operacionalização da coleta seletiva, a logística reversa e a criação dos aterros sanitários em todas as cidades do Brasil.

A FIESP e a FIRJAN entendem que todos os países devem adotar políticas de gestão de resíduos para combater os impactos ambientais e sociais, contribuindo para o correto manejo dos recursos naturais.

Tecnologia, Inovação, Comércio, Trabalho e Educação

A competitividade dos países apoia-se cada vez mais nas vantagens tecnológicas, na qualidade de seus produtos e serviços e na produtividade de trabalhadores com alto nível de qualificação.

É necessária forte ampliação do acesso a bens e serviços essenciais à qualidade de vida, e a melhores e mais altos níveis de escolaridade, formação e capacitação profissional. Isto porque processos produtivos, sistemas de transporte, hábitos de consumo, métodos de geração e

padrões de utilização de energia precisam se tornar mais compatíveis com a preservação do meio ambiente, o que requer maior nível de capital humano.

O desenvolvimento sustentável requer uma presença crescente da inovação e da tecnologia na produção de alimentos, na melhoria das condições de saúde, no manejo de recursos naturais, na agregação de valor à produção industrial, na redução da desigualdade social e do desequilíbrio regional, e no desenvolvimento de tecnologias sociais. Nesse sentido, a inovação deve buscar sempre as melhores soluções do ponto de vista da sociedade e do ambiente.

Discutir mecanismos eficazes de transferência de tecnologia deve ser um tema fundamental na Rio+20.

Este tema é necessário ao avanço do desenvolvimento sustentável, especialmente dos países em desenvolvimento, para fortalecer sua capacidade científica, tecnológica e de inovação, e para reduzir sua desigualdade em relação às nações desenvolvidas.

Não restam dúvidas de que a inovação é um dos pilares de uma economia sustentável e inclusiva, com todas as derivações positivas que impactam o emprego, a educação e a qualificação dos trabalhadores.

Desta maneira, a cooperação internacional que conduza ao investimento, ao desenvolvimento, à difusão e à transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento deve ser concretizada para garantir acesso aos conhecimentos que evitem a dependência tecnológica.

A dependência tecnológica é insustentável.

FIESP e FIRJAN defendem a facilitação do acesso a tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável, bem como a criação de regras que possibilitem aos países em desenvolvimento utilizar, nas hipóteses previstas no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) da OMC, licenciamento compulsório para a utilização de tecnologias, fabricação de equipamentos e produtos necessários à sustentabilidade do Planeta.

O comércio internacional representa importante instrumento para a superação das desigualdades de desenvolvimento entre as nações. É fundamental que sua regulação obedeça tratados multilaterais negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A FIESP e a FIRJAN entendem que requisitos de desempenho ambiental, adotados unilateralmente, salvo nas exceções permitidas pelos acordos da OMC, não podem se

configurar como barreiras que afetem o comércio e agravem a desigualdade socioeconômica existente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Na definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é aquele que garante oportunidades para mulheres e homens do mundo de exercer uma atividade produtiva adequadamente remunerada, em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

O trabalho forçado, escravo e infantil é desumano e insustentável.

A indústria acredita que a geração de empregos formais, fundamental ao desenvolvimento sustentável, depende diretamente do crescimento econômico, e o setor empresarial reconhece sua responsabilidade como parte importante deste processo no qual sejam preservadas a saúde e segurança do trabalhador com o combate a práticas desumanas como o trabalho forçado, escravo e infantil.

As nações em desenvolvimento que não empreenderem políticas de capacitação da sua mão de obra para absorver o uso das novas tecnologias aumentarão o *déficit* de bem-estar da sua população perante as economias desenvolvidas.

O investimento em educação, do ensino básico até a formação profissional técnica e superior, é essencial para a superação dos desafios que uma economia sustentável impõe.

Os governos têm um papel chave no planejamento para esta mudança, valendo-se de políticas promotoras da educação em todos os níveis, qualificação profissional, disseminação de ideias e inovação, ênfase ao empreendedorismo e desenvolvimento industrial, em instituições de ensino afinadas com as necessidades do mercado atual e futuro.

O analfabetismo é insustentável.

A Indústria paulista e a Indústria fluminense mantêm o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entidades precursoras das ações de responsabilidade social empresarial e com a maior rede de ensino privado do Brasil.

O SESI está dedicado à formação educacional, do ciclo fundamental ao 3º. grau. Sua ação se desenvolve baseada no ensino de qualidade articulado com práticas esportivas e atividades culturais. O SESI São Paulo e o SESI Rio d e Janeiro mantêm uma rede de 245 escolas, que educam 344.100 jovens todos os anos.

O SENAI está voltado à formação e requalificação do trabalhador, por meio de cursos profissionalizantes em sintonia com as demandas atuais do mercado de trabalho e da inovação tecnológica. O SENAI São Paulo e o SENAI Rio de Janeiro mantêm uma rede de 198 escolas, que capacitam 1.231.000 trabalhadores todos os anos.

Não educar e não capacitar profissionalmente é insustentável.

A inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável na grade curricular é fundamental na formação de cidadãos aptos às demandas do futuro.

A FIESP e a FIRJAN, por meio do Serviço Social da Indústria (SESI), investem na valorização da preservação do meio ambiente e seus alunos aprendem, de maneira lúdica, a reciclar materiais, preservar a água, a fauna e a flora de suas regiões.

A Indústria de São Paulo e do Rio de Janeiro, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desenvolvem programas e campanhas de preservação do meio ambiente como coleta seletiva, gestão de resíduos, recuperação de áreas degradadas com plantio de mata nativa e ciliar, plantação de mudas para compensação da emissão de CO2 e estímulo à redução do consumo de água e energia. Promovem ainda cursos de tecnologia e de pós-graduação voltados à área de Meio Ambiente, como Educação Ambiental, Direito Ambiental e Gestão de Controles Ambientais.

Conclusão

A Humanidade vê o Brasil com olhos de curiosidade e simpatia.

Aqui, num primeiro momento, conviveram povos indígenas, povos africanos e europeus. Deles descenderam mulatos, mamelucos e cafusos. Da miscigenação destes, e da imigração posterior, surgiu o brasileiro contemporâneo. O Sul Americano do Brasil.

Somos um povo plural e diverso.

De um país em franco desenvolvimento; com a 6ª. maior economia do mundo; o 5º. maior território; a 5ª. maior população; dotado de moderna, diversificada e inovadora indústria; de agroindústria tecnologicamente sofisticada e exportadora que responde, em grande parte, pela necessária superação da fome no Planeta; país com uma matriz energética limpa e sustentável; as maiores florestas e a maior biodiversidade do mundo, que nos esforçamos em preservar; que adotou políticas para, em poucos anos, reduzir substancialmente a miséria absoluta que marcou de maneira infame nossa sociedade por séculos.

Brasil das diferenças, buscando a igualdade.

Brasil de música, carnaval, praias, futebol e cultura .

Brasil de paz, aberto a todos os povos do mundo.

Brasil da inclusão social e de novos direitos.

Brasil da democracia.

Mas o que temos de melhor a oferecer ao mundo são nossas pessoas.

Brasil, um pedaço disso que é a Humanidade.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012.

FIESP

Paulo Skaf

Presidente

FIRJAN

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente